

O ESTUDO E CONSERVAÇÃO DOS SAMBAQUIS EM UMA CORRESPONDÊNCIA ENTRE PE. JOÃO ALFREDO ROHR, S. J., E LUIZ DE CASTRO FARIA (FLORIANÓPOLIS – RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1960)

Alfredo Bronzato da Costa Cruz

Mestrando PPGH/UNIRIO

Bolsista PCI/CHC-MAST/MCT

alfredo.bccruz@gmail.com

1. O trabalho que ora apresento não tem nenhuma pretensão exaustiva, e muito menos conclusiva. Trata-se apenas de uma apresentação de certas notas de uma pesquisa em curso, tomadas a partir da leitura de um único documento epistolar – um trabalho de microscopia, por assim dizer. Uma carta evidencia uma determinada relação em certo momento, evidencia que imagem tinham então, ou queriam ter, um do outro os interlocutores engajados neste relacionamento, quais os elementos comunicativos que fizeram com que se entendessem ou não. Para usar a um só tempo um termo caro aos sociólogos e uma metáfora fotográfica, uma carta pode ser utilizada para se ter um instantâneo de certo campo de relacionamento. Não que isto signifique que seja uma imagem total e verdadeira (ou falsa) deste: trata-se de apenas um ângulo de observação, e, como tal, permite-nos saber algo das idiossincrasias do observador tanto quanto do por ele observado. No mais, um documento não é apenas um ponto de partida, mas também um ponto de chegada, e podemos validamente deduzir quais circunstâncias ocasionaram a sua produção. Isto considerado, me afasto sem problemas de consciência do esforço de tomar a única carta a que faço referência como um dado em uma série estatística, e procuro enfatizar a sua densidade histórica enquanto elemento que ajudou a construir e permite hoje que se identifique uma determinada trama histórica. (Cf. VEYNE, 1998: 41-46). Para tanto, irei traçar alguns argumentos que partem desta epístola ou a tomam como elemento construtivo desta trama, confiante que mesmo a leitura de um único documento, se feita a contento, tem algo a contribuir para a compreensão de certa história. (Cf. GINZBURG, 2007: 293).

2. Em 21 de agosto de 1960 João Alfredo Rohr escreveu a Luiz de Castro Faria (ACERVO LUIZ DE CASTRO FARIA, DOCUMENTO CFDA 11.10.629) manifestando admiração pelo seu texto *O problema da proteção aos sambaquis*, publicado pouco antes, mas inicialmente apresentado em 1952 como relatório ao Conselho Nacional de Pesquisas. Pouca ou nenhuma coisa nesta carta de folha datilografada poderia nela indicar que por seu intermédio se iniciaria uma duradoura parceria

profissional, e que esta viria a se desdobrar em cordialidade e mesmo em amizade entre os seus remetente e destinatário. Só temos alguma notícia da evolução deste relacionamento porque temos a oportunidade de consultar o restante da documentação que a ele diz respeito, documentação que está consignada no acervo pessoal de Luiz de Castro Faria, por ele doado ao Museu de Astronomia e Ciências Afins.¹ Não há neste acervo, entretanto, nenhuma cópia de uma resposta que Castro Faria tenha redigido a esta correspondência, o que pode indicar que, talvez, não tenha havido uma. (De fato, há numerosas cópias das cartas *enviadas* por Luiz de Castro Faria neste seu acervo).

A próxima menção a João Alfredo Rohr em tal conjunto epistolar data de nove meses depois, de 23 de maio de 1962, e figura em um parecer que Luiz de Castro Faria, então Chefe da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, remete ao Diretor desta Instituição (ACERVO LUIZ DE CASTRO FARIA, DOCUMENTO CFDA 06.07.041), parecer favorável a um requerimento de verbas feitas por aquele pesquisador, verbas a serem usadas no financiamento de trabalhos de prospecção e pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. Esta segunda carta é posterior à promulgação da lei federal de preservação das jazidas pré-históricas localizadas em território brasileiro (lei datada de junho de 1961) – legislação que criou grande demanda de profissionais que pudessem atuar nas tarefas de mapeamento e estudo dos monumentos protegidos – e apresenta, talvez em caráter experimental, o tipo de recrutamento e exigência de pesquisa que se seguiu à aprovação desta. Mesmo tendo decorrido não mais do que um pequeno intervalo entre uma epístola e outra, os termos do mote de ambas, referentes ao estudo e conservação dos sambaquis, já haviam mudado decisivamente. (Cf. SILVA, 1987; SILVA, 2007). Antes de prosseguirmos, cabe aqui fazer um pequeno parênteses para explicitar, afinal, a que tipo de objeto material estamos nos referimos quando mencionamos o nome *sambaqui*: segundo Castro Faria, quando nos referimos a um sambaqui um monte artificial de conchas, qualquer que sejam o seu volume, forma e localização. (Cf. CASTRO FARIA, 1999^a: 201).

Nesta carta de agosto de 1960, Rohr faz questão de afirmar que ele já fazia pesquisas com tal tipo de jazida arqueológica como as que o citado texto de Castro Faria propunha que deveriam ser realizadas. Tal constatação não faz grande sentido se não considerarmos, ainda que de forma brevíssima, os interlocutores aqui referidos. Luiz de Castro Faria, antropólogo ligado ao Museu Nacional desde 1936 e praticante da pesquisa arqueológica como um método de investigação antropológica², vinha estudando os sambaquis, e em especial os grandes sambaquis localizados no litoral de Santa Catarina, fazia ao menos duas décadas e se destacando na militância por sua preservação e sistemática investigação; também havia feito escavações nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Ele insistia na necessidade de se avaliar a bibliografia já existente sobre o tema, abundantemente produzida a partir dos anos de 1870, organizar a partir dela um adequado histórico deste problema de pesquisa, e corrigi-la, confirmá-la e ampliá-la com base em novas escavações, feitas de acordo com as metodologias científicas mais precisas então

disponíveis. Enfatizava também a crassa limitação dos estudos craniométricos existentes sobre os fósseis humanos do chamado *Homem dos sambaquis*, e deslocou de forma decisiva o interesse de se estudar os sítios arqueológicos nos quais estes foram encontrados colocando-os não no campo reivindicado pela antropologia física, mas no dos estudos culturais, ressaltando que tratava-se esta, antes do mais, de relevante “documentação relativa aos diferentes aspectos da cultura dessas populações paleoameríndias” (CASTRO FARIA, 1999^c: 210), de “testemunho importante da atividade econômica de populações que viviam sobretudo da pesca, da coleta e da caça em geral (...) culturas indígenas extintas, cujo traço mais característico foi (...) a construção de tais jazidas” [i.e., os sambaquis]. (CASTRO FARIA, 1999^b: 239 e 242).

Como seu pressuposto, estava a constatação de que os sambaquis não eram concheiros formados pela aglomeração natural de moluscos societários tornados fósseis por circunstâncias ambientais diversas, mas “jazidas arqueológicas ou paleoetnográficas, de acordo, aliás, com a afirmação unânime dos geólogos e geomorfologistas que recentemente se ocuparam do assunto” (CASTRO FARIA, 1999^b: 239). Se em um seu texto anterior havia a necessidade de mencionar para refutar aquelas obras que advogavam a origem natural dos sambaquis, de reafirmar que tanto os seus trabalhos de campo quanto a mais autorizada literatura científica sobre o assunto, ou seja, a literatura sobre os sambaquis baseada em escavações arqueológicas diretas, negavam categoricamente a possibilidade que estas jazidas fossem de origem natural - “a indicação de uma origem natural nas publicações recentes deve ser considerada errônea e sem fundamento” (CASTRO FARIA, 1999^c: 210) –, e com isto indo de direto encontro àqueles que legitimavam a destruição destes para a produção de cal de mariscos, em *O problema da proteção aos sambaquis* Castro Faria afirma que não lhe parece ser mais necessário deter-se nas hipóteses naturalistas sobre a origem destas sítios, “assunto já totalmente superado desde longa data em todos os centros de pesquisa, mas que no Brasil encontrava ainda, até bem pouco tempo, exegetas ingênuos e ardorosos.” (CASTRO FARIA, 1999^b: 238-239). Neste trabalho, o antropólogo já tem uma finalidade declaradamente apologética: apresentar os chamados sambaquis a um público mais amplo, demonstrar como eles estão sendo destruídos, analisar os esforços, até então quase totalmente improfícuos, no sentido de preservá-los, mencionar e comentar as bases de uma legislação que os poderia preservar, e convencer outros estudiosos do Brasil a assumirem como sua a responsabilidade pelo estudo e preservação destas jazidas arqueológicas. (Cf. CASTRO FARIA, 1999^b: 237-238).

Ao ter contato com este texto de Castro Faria, Alfredo Rohr parece ter identificado nele parte de suas próprias convicções e atuação, e já sabia em quais nervos tocar para conquistar a simpatia do já prestigiado pesquisador e militante, que em pouco seria designado membro de uma comissão constituída pelo Governo de Santa Catarina para cuidar da preservação dos sambaquis e das outras jazidas arqueológicas deste Estado. Castro Faria representava o Museu Nacional, sua

aura de centro produtor de ciência de excelência reconhecida internacionalmente e sua capacidade de articular e capitanear diferentes agências e instituições de ensino e pesquisa para a tarefa de mapear e escavar as jazidas arqueológicas do Brasil, e possuía certo conjunto de relações pessoais e institucionais com o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e com o seu todo-poderoso diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o tornavam um aliado importante para qualquer um que pretendesse desenvolver pesquisas arqueológicas em território brasileiro. (Cf. SIMÃO, 2009). E isto ainda mais se os trabalhos deste tivessem se iniciado de forma independente, e, como tais, sempre estivessem marcados pelos arqueólogos bem situados institucionalmente pela desconfiança de talvez serem os esforços de um mero caçador de relíquias. Como a carta de 1962 viria evidenciar, está em jogo nesta aproximação inclusive a obtenção ou não de reconhecimento profissional e de recursos para pesquisas, mas não precisamos ser simplistas ou cínicos a ponto de achar que as pessoas se aproximam umas das outras apenas em proveito próprio.³ Sabemos com os sociólogos da ciência que a produção e administração do conhecimento se dá em um campo concorrencial, lugar de conflitos, estruturado por conflitos, dos sutis aos encarniçados, e também de consensos, de persuasões e coalizações. (Cf. BOURDIEU, 1983). Não é nada conveniente lembrar daqueles e esquecer estes, pois, ao fazê-lo, ao desconsiderar as afinidades e aproximações que determinam o arranjo da ciência em dado momento, assumimos o imprudente risco de ter deste uma imagem absolutamente fora de foco.

3. João Alfredo Rohr era padre da Companhia de Jesus, tendo feito, como todo jesuíta, cursos de humanidades e retórica, de Filosofia e Teologia durante sua formação seminarística. Em 1960 era diretor do Colégio Catarinense, em Florianópolis, além de professor e responsável pelo Museu de História Natural desta instituição. Gaúcho de Arroio do Meio, dedicou-se intensamente ao estudo, primeiro, da flora e da fauna do Estado de Santa Catarina, e, mais tarde, dos vestígios remanescentes do antiquíssimo povoamento indígena desta região – dentre os quais os mais volumosos certamente eram os sambaquis. Seu primeiro trabalho a respeito destes, de revelador título *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*, foi apresentado no Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em 1948, cujos anais foram publicados pela Imprensa Oficial do Estado dois anos mais tarde.⁴ Ao lidar com este tema, o Pe. Rohr, como Castro Faria viria a argumentar que devia ser feito, usava estas jazidas para tratar de questões referentes às relações entre o povoamento indígena antigo do Brasil meridional e o estudo etnográfico das populações contemporâneas que aí subsistem, e à conservação destes sítios diante da exploração da antiga indústria do chamado cal de mariscos. Não há no texto de Rohr nenhuma consideração sobre as características antropométricas do material ósseo remanescente das populações que ergueram os sambaquis, e sucede às suas breves considerações a respeito destas uma longa lista descritiva dos objetos de indústria lítica pré-histórica recolhidos por ele e por seus predecessores no Colégio Catarinense e daqueles da coleção reunida por Carlos Berenhauser, um rico comerciante de

Florianópolis que durante anos trocou retalhos de tecido por peças arqueológicas com sítios de diversos lugares da Ilha de Santa Catarina, coleção esta que havia sido estudada pouco antes pelo um confrade e incentivador de João Alfredo, Pe. Balduino Rambo, S. J. (Cf. SCHMITZ, 2007: 69; SCHMITZ, 2009: 13).

Em tais citadas considerações, após observações bastante gerais sobre a antiguidade do povoamento humano no continente americano e seus vestígios remanescentes, e sobre os indígenas habitantes do Estado de Santa Catarina no período contemporâneo, Rohr discute um pouco o problema dos sambaquis, que para ele é essencialmente o de se estabelecer com segurança a origem dos sambaquis, se são frutos da ação da natureza, do homem, ou da natureza e do homem conjuntamente. Sua opinião a este respeito, entretanto, fica bastante clara, e ela converge de modo significativo com a que o antropólogo do Museu Nacional consignou em *O problema da proteção dos sambaquis*: em uma passagem, por exemplo, Rohr menciona, que muitos destes sítios “foram explorados para o fabrico de cal, destruindo-se desta maneira *monumentos etnológicos* de valor histórico extraordinário” (ROHR, 1950: 9. Grifo nosso). E reafirma: trata-se, antes do mais, de documentos relevantes para se compreender estes “primeiros homens” não em seus aspectos antropofísicos, mas, os detritos acumulados, os “artefactos de barro e de pedra, ossadas humanas, ossadas animais e outros elementos” servem, sim, para a evocação – e, quiçá, o entendimento – de algo de sua antiga “vida tribal”. (ROHR, 1950: 10).

Desta convergência de opiniões, percebida em uma leitura de frente para trás de parte dos documentos disponíveis, podemos deduzir e evidenciar o quanto *O problema da proteção aos sambaquis* foi recebido por Pe. Rohr como um trabalho que respondeu e incrementou algumas das questões centrais por ele tratadas em sua *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*. E, para além do pragmatismo da obtenção de amigos influentes e recursos, o quanto havia de genuíno interesse, de engajamento e de angústia em sua afirmação de que também ele, Rohr, estava envolvido com a mesma causa de proteção ao patrimônio pré-histórico e arqueológico, como por exemplo, nas linhas onde afirma que:

“(…) Tanto mais chocante é a vandálica destruição destas jazidas, da qual V. S. apresenta documentos tão eloqüentes. Infelizmente, esta destruição continua ainda nos nossos dias, em ritmo verdadeiramente alarmante, como tivemos o ensejo de testemunhar no mês passado (...). Felizmente, (...) [algumas autoridades começam a tomar] medidas tendentes a conservar, ao menos, alguns restos destes preciosos monumentos de nossa pré-história.” (ACERVO LUIZ DE CASTRO FARIA, DOCUMENTO CFDA 11.10.629).

¹ O Acervo Luiz de Castro Faria foi doado pelo próprio ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT) em 2000, e posto então sob os cuidados de um Conselho Curador por ele nomeado – composto pela a Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues (CHC-MAST/MCT), pelo Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM) e pelo Prof. Dr. Moacir Gracindo Soares Palmeira (PPGAS-MN/UFRJ) – e sob a custódia do Arquivo de História das Ciências do mesmo Museu (AHC-MAST/MCT).

² Cf. CASTRO FARIA, 1999^a: pp. 195-197: “(...) A Arqueologia é popularmente considerada como ciência; na realidade, entretanto, ela é sobretudo um método. O objetivo da pesquisa arqueológica é constituir, mediante a interpretação correta dos significados de documentos materiais, a história cultural dos grupos humanos desaparecidos. (...) O arqueólogo é também um profissional de formação antropológica, que se especializa na reconstituição de culturas antigas, hoje representadas apenas por um número relativamente reduzido de evidências materiais. (...) A pesquisa arqueológica, como se vê, exige formação básica em Antropologia Cultural”.

³ Sem nos abandonarmos à ingenuidade, não podemos deixar de considerar, por outro lado, que a noção de que as pessoas só se aproximam umas das outras apenas em proveito próprio, de que a vida se resume à busca de satisfação, ou seja, ao alívio de nossos sofrimentos às expensas dos demais, é uma característica muito particular da cosmologia nativa ocidental, e não um dado universal, portanto, sempre válido e anterior à cultura, inescapável, inscrito na natureza humana (seja lá o que se considere como sendo uma *natureza humana*). Cf. SAHLINS, 2004.

⁴ Luiz de Castro Faria, que vinha realizando estudos nos sambaquis catarinenses desde o ano anterior, mas que conhecia este Estado pelo menos desde 1942, quando aí participou do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, também participou do mesmo evento de história regional supracitado, na condição de Presidente de sua 6ª Seção, que reunia os estudiosos de Linguagem e Folclore. Não se tem notícia de que nesta ocasião Rohr e Castro Faria tenham se conhecido, e sequer que este tenha assistido o trabalho daquele, mas tratando-se ambos de *connoisseurs* de um mesmo assunto, não é improvável que tenham travado então algum contato, ou ao menos começado a acompanhar um ao outro, mesmo que mais ou menos de longe.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “*O campo científico*”. In: Ortiz, Renato(org.) & Fernandes, Florestan (coord.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Col. “Grandes cientistas sociais”).

CASTRO FARIA, Luiz de. “*A arqueologia brasileira*”. In: **Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico**. Niterói: Ed. UFF, 1999^a. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, n. 19).

CASTRO FARIA, Luiz de. “*O problema da proteção aos sambaquis*”. In: **Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico**. Niterói: Ed. UFF, 1999^b. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, n. 19).

CASTRO FARIA, Luiz de. “*O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no Sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)*”. In: **Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico**. Niterói: Ed. UFF, 1999^c. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, n. 19).

GOMES, Angela de Castro. “*Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*”. **Estudos históricos**. CEPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

ROHR, João Alfredo. **Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1950. (Separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense).

SAHLINS, Marshall David. “*A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental*”. In: **Cultura na prática**. (Tradução de Vera Ribeiro). 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. (Coleção “Etnologia”).

SCHMITZ, Pedro Ignácio. “*João Alfredo Rohr: Um jesuíta em tempos de transição*”. **Pesquisas – Antropologia**. São Leopoldo (RS), Instituto Anchieta de Pesquisas / UNISINOS, n. 67, 2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Balduino Rambo, S. J., e o começo da Antropologia na UFRGS. In: RAMBO, Arthur Blasio; GRÜTZMAN, Imgart & ARENDT, Isabel Cristina (orgs.). **Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: memória, religião, ciência e cultura**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2007.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. “*Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61*”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro / Brasília, IPHAN, n. 33, 2007.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. “*Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros*”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro / Brasília, IPHAN, n. 22, 1987.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. “*Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil.*” **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 3, SET/DEZ. 2009.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história – Seguido de Foucault revoluciona a história**. (Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp). 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.